

Projetos contestados de reprodução social durante o processo revolucionário: necessidades humanas e horizontes de valor

Patrícia Alves de Matos



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/15915>

DOI: 10.4000/etnografica.15915

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 271-278

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Patrícia Alves de Matos, «Projetos contestados de reprodução social durante o processo revolucionário: necessidades humanas e horizontes de valor», *Etnográfica* [Online], número especial | 2024, posto online no dia 21 abril 2024, consultado o 28 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/15915> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.15915>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Projetos contestados de reprodução social durante o processo revolucionário: necessidades humanas e horizontes de valor

Patrícia Alves de Matos

MATOS, Patrícia Alves de (patricia.r.m.a.matos@gmail.com) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0001-8230-1955.

SE PUDESSE ESCOLHER UMA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O período revolucionário português, qual seria? Foi este o desafio que os editores me colocaram. Inicialmente pensei em velhas ideias que tinha tido quando terminei a minha licenciatura em Antropologia na FCSH-UNL (2003). Recordo-me de ter pensado fazer uma história oral do retorno das ex-colónias no feminino. Queria pensar um processo de movimento e deslocação de um significativo número de pessoas através da lente do género. Também pensei em fazer uma história oral dos anti-heróis que sucumbiram à tortura instigada pela PIDE durante penosos e longos interrogatórios, e, com o corpo quebrado, falaram, denunciaram amigos e companheiros. Queria perceber o que tinha sido das suas vidas políticas depois do silêncio que não conseguiram manter. Foi só após ter tido estes primeiros pensamentos que percebi que ao longo do meu percurso pessoal e académico o “nunca desmentido” processo revolucionário – como diria José Afonso – já tinha sido parte integrante das investigações, temáticas e escolhas que fiz. E explico porquê.

Ao longo da minha trajetória académica, tenho-me concentrado na forma como as possibilidades de subsistência das pessoas são informadas por lógicas históricas mais amplas, quadros institucionais de regulação e condições estruturais. Tenho alargado progressivamente o foco desta análise, desde as condições de trabalho precárias num determinado sector até uma avaliação mais ampla da forma como a economia política austeritária determinou transformações de longo prazo nas relações entre contextos domésticos, trajetórias individuais e o Estado na Europa do Sul. A extensão do meu foco de análise foi possível e enriquecida pelo facto de ter recebido formação e trabalhado em três contextos nacionais diferentes (*i. e.*, Portugal, Reino Unido e Espanha). Esta experiência de mobilidade permitiu-me aprender com tradições académicas distintas e alargou os meus horizontes de investigação e abordagens teóricas. Nos últimos anos, consolidei o meu contributo para o aprofundamento das análises da condição de precariedade e dos processos de precarização nas sociedades contemporâneas. Tenho-o feito por meio de investigação empiricamente fundamentada, procurando evidenciar as relações entre precariedade e projetos e aspirações intergeracionais historicamente específicas; projetos de acumulação dirigidos pelo Estado; desigualdades de género e regimes de extração de valor no sector dos serviços.

No meu livro *Disciplined Agency* (2020) abordo historicamente o modo como a reestruturação económica neoliberal do capitalismo português moldou o surgimento do sector dos *call centers*. Começo por analisar a ascendência dos *call centers* como ícones da precariedade no Portugal contemporâneo, e as características específicas do processo laboral destes espaços que configuram uma nova forma de mercantilização do sujeito trabalhador. Discuto as subjetividades particulares e as formas de despossessão moral associadas ao sistema de extração de valor de “agência disciplinada” utilizada no trabalho dos *call*

centers, e como estas são mediadas por, e moralmente incorporadas em estruturas de parentesco, geração e classe. Em particular, sublinho as continuidades e transições históricas do contexto português que moldaram a emergência do sector dos *call centers*, tendo em conta mudanças e tendências mais amplas do capitalismo global. Situo as trajetórias dos pais dos meus entrevistados neste cenário histórico, abordando a forma como as aspirações sociais de mobilidade de classe ascendente que eles projetaram nos seus filhos estavam inseridas em projetos nacionais de liberdade, modernidade e progresso económico. Faço esta análise com dois objetivos: em primeiro lugar, demonstrar como a afinidade entre trabalho precário e emprego em *call centers* em Portugal é tanto uma consequência da história económica portuguesa recente como o resultado de processos globais de neoliberalização; em segundo lugar, salientar como a crescente precariedade do emprego e a deterioração das condições de trabalho associadas à viragem neoliberal dos anos 80 tornaram cada vez mais difícil para estes trabalhadores alcançarem as expectativas sociais de distinção de classe média, baseadas no sucesso escolar e no emprego estável que lhes foram projetadas pelo Estado, pela nação e pela geração parental. O meu intuito era relevar como os objetivos de vida intergeracionais particulares, historicamente delimitados, de mobilidade de classe se inserem em transições mais amplas nos regimes económicos e laborais.

Ao fazer esta pesquisa abordei o biénio revolucionário em Portugal como um período histórico vincado pela realidade da necessidade e a urgência de articular horizontes de esperança e de valor. Interessou-me explorar o emprego estável e protegido surgido durante o processo revolucionário enquanto regime intercalado entre a desvalorização laboral corporativista e a desvalorização laboral neoliberal. Simultaneamente, vinquei as importantes mudanças na sociedade e na economia portuguesas após a revolução dos cravos. A revolução e as suas conquistas emancipatórias proporcionaram ao cidadão comum as condições e os meios (por exemplo, a codificação legal dos direitos dos trabalhadores e a expansão residual de formas estáveis e protegidas de emprego) para articular horizontes de possibilidades de sobrevivência, de vida, bem como instrumentos legais para reivindicar direitos e prerrogativas (por exemplo, saúde, segurança social, educação). Contudo, a memória ambivalente e amarga da revolução, encerrada na frase “falta cumprir Abril”, é a expressão mais íntima e concreta do modo como as negociações de objetivos de vida são mediadas e determinadas pelas contradições inerentes a projetos de acumulação e desenvolvimento capitalista dirigidos ou facilitados por intervenções estatais. Para os pais dos trabalhadores dos *call centres*, a gestão da tensão entre as aspirações sociais e económicas e a transição gradual do país para padrões neoliberais mais alargados de mobilização da mão de obra implicou a acomodação de um “acordo de subsistência”: entre a acomodação contínua de retrocessos no presente (por exemplo, a neoliberalização gradual da economia)

e a promessa de um modo de vida moderno e melhor no futuro, representada pela adesão à CEE. O horizonte da liberdade foi progressivamente substituído pelo da modernidade como gramática moral e ideológica que articula projetos de acumulação e projetos de melhoria de condições e modos de vida intergeracionais.

Fiquei sempre com vontade de aprofundar como durante o biénio revolucionário diferentes lutas de reprodução social se fundamentaram em distintos regimes e horizontes de valor e liberdade. Por reprodução social entenda-se uma “continuity that brings generations together around microprojects of making a living and enhancing future opportunities and around macroprojects of social configurations of power and asset distribution” (Narotzky e Besnier 2014: S8-S9). Ou seja, sempre tive o desejo de compreender melhor como o imaginário coletivo de liberdade, esperança e valor que ainda permeia a forma como compreendemos o 25 de Abril e o processo revolucionário encerrou disputas e contestações reprodutivas, e como essas podem ter contribuído para reforçar ou impedir que o “Abril não se cumprisse” na sua totalidade.

Permitam-me recuar um pouco na minha trajetória para melhor expor este meu desejo antigo. Em 2009 e 2010, enquanto realizava estudos doutorais na Goldsmiths, Universidade de Londres, os meus dias eram maioritariamente preenchidos com a redação da minha dissertação sobre precariedade neoliberal, valor e trabalho nos *call centers* em Portugal. A dinâmica, a expansão e as premissas internas do neoliberalismo eram então um foco central da atenção antropológica. A obra de David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (2005), e a sua atualização da teoria da acumulação primitiva de Marx, através da noção de acumulação por despossessão, tornava-se uma ferramenta particularmente útil para contextualizar e explicar as contradições inerentes às formas neoliberais de extração de valor no tempo e no espaço. Eu tentava conciliar o brilhantismo da análise de Harvey com o livro de Silvia Federici, *Caliban and the Witch* (2004), e a sua astuta sugestão de que a acumulação de capital não é apenas trabalho acumulado, é também “uma acumulação de diferenças e divisões no seio da classe trabalhadora, em que as hierarquias baseadas no género, bem como na raça e na idade, se tornam constitutivas do domínio de classe e da formação do proletariado moderno” (Federici 2004: 63-64). Tenho de admitir a minha inquietação e irritação ao aperceber-me de como a noção de acumulação por despossessão de Harvey conseguia tantos convertidos, enquanto a impressionante e historicamente pormenorizada releitura por Federici da noção de acumulação primitiva de Marx, olhando em particular para os corpos das mulheres durante a caça às bruxas, tinha muito menos discípulos. Nesta altura, comecei a reler o livro de David Graeber *Towards an Anthropological Theory of Value* (2001). Queria submeter as diferentes perspetivas de Harvey e Federici sobre o capitalismo e a extração de valor ao registo etnográfico, dentro e fora do capitalismo.

Cada capítulo do livro de Graeber sobre o valor é um testemunho das suas capacidades de escrita, que conjugam a erudição teórica com comentários pro-saicos da vida quotidiana, assinalando constantemente ao leitor que “isto também é sobre si, não se trata apenas de analisar velhas teorias que precisam de ser ampliadas e renovadas”. Durante a minha experiência de escrita, o livro de Graeber manteve-me entusiasmada, intrigada e curiosa sobre a sua proposta de entender o valor como “a importância das ações”. Na minha opinião, a proposta de Graeber era, ao mesmo tempo, teoricamente sofisticada, elegante e direta: o valor deve ser entendido como consistindo em todas as ações socialmente incorporadas que os seres humanos realizam com a intenção e o propósito de perseguir e expressar o que é ou deve ser uma vida com significado. Antes de chegar a este raciocínio simples, Graeber revisita Marx, a teoria linguística, o realismo crítico, as monografias clássicas de Jane Faján e Terry Turner. Mas fá-lo sem que o leitor perca de vista o aspeto mais crucial que uma teoria antropológica do valor deve reter: o facto de os seres humanos serem criaturas de significado, intencionalidade, propósito e imaginação. A leitura do livro de Graeber foi essencial para mim, não só pela forma como alargou o meu conhecimento sobre a questão do valor na antropologia, mas, talvez mais importante, pela forma como me ofereceu a oportunidade de começar a refletir sobre as lógicas irreduzíveis, os cálculos e os afetos através dos quais as pessoas perseguem horizontes de valor, com e contra um presente que muitas vezes não parece oferecer a possibilidade de uma vida com valor para a maioria da população.

Antes do livro de Graeber, a questão do valor não estava por examinar na antropologia. Mas, como Jane Collins (2016) observou recentemente, embora tenha havido debates importantes sobre a teoria do valor do trabalho na antropologia durante as décadas de 70 e 80, o tema desapareceu subitamente. Este facto foi talvez uma consequência do reforço mútuo (não intencional?) da teoria pós-moderna e da doutrina neoliberal. Se há um aspeto em que a ideologia neoliberal foi particularmente eficaz foi nos seus esforços para nos fazer acreditar, por todos os meios necessários (incluindo violência extrema como a vivida no Chile), que o mundo inteiro, as pessoas, as relações e as capacidades podiam ser reduzidos a um único padrão de valor: o mercado. O livro de David Graeber reintroduziu a questão do valor nos debates antropológicos contemporâneos com uma crítica política forte e explícita. Há uma passagem do livro a que regresso frequentemente:

“The ultimate stakes of politics, [...], is not even the struggle to appropriate value; it is the struggle to establish what value is. Similarly, the ultimate freedom is not the freedom to create or accumulate value, but the freedom to decide (collectively or individually) *what it is that makes life worth living*. In the end, then, politics is about the meaning of life.” (Graeber 2001: 88, itálico do autor)

O feito mais notável da hegemonia neoliberal capitalista tem sido convencer-nos de que o valor começa e acaba na mercadoria, impedindo-nos assim de ver que começa e acaba nas intenções, práticas, motivações e objetivos das pessoas. A “importância das ações” e a forma como são reconhecidas ou marginalizadas em determinadas formas culturalmente reconhecidas está no centro da luta para definir o que é o valor, o que é que faz com que a vida valha a pena ser vivida. O ambicioso projeto de Graeber de articular uma síntese a partir de teorias antropológicas do valor antecipou e encorajou trabalhos dentro e fora da antropologia que, em anos mais ou menos recentes, expandiram noções redutoras de valor e de processos de valorização, centrando-se, por exemplo, nas lutas de valoração (De Angelis 2007), no emaranhado de domínios de valor no capitalismo flexível (Narotzky 2015), nas dinâmicas de projetos de reavaliação (Collins 2017) e nos conflitos socioambientais (Pusceddu 2020). Graeber pode não ter sido a única inspiração para estes trabalhos posteriores. Ainda assim, sinto frequentemente que a sua reavaliação inicial da questão do valor na antropologia deixou uma corrente subterrânea de inspiração, apenas à espera de que outros a retomem, expandam e atualizem.

Saí de Londres em 2011, regressei a Lisboa durante três anos e depois mudei-me para Barcelona. Ao longo dos anos, continuei a seguir as prolíficas publicações de Graeber, incluindo a sua obra sobre a dívida, ou o livro mais recente sobre o fenómeno dos *bullshit jobs*. No entanto, muitas vezes foram algumas das suas intervenções centradas no cuidado que me chamaram a atenção. Em 2014, quando a austeridade devastava as possibilidades de subsistência de tantas pessoas na Europa e não só, Graeber escreveu um pequeno comentário para o *The Guardian* intitulado “Caring too much: that’s the curse of the working classes”.¹ Neste artigo, Graeber começa com a pergunta frequentemente ouvida, feita por pessoas em situação económica e social bastante confortável, sobre por que razão as pessoas não se estavam a revoltar nas ruas contra a violência da austeridade. Graeber sugere muito simplesmente que uma das razões está relacionada com o facto de ao contrário das pessoas ricas, as classes trabalhadoras serem muito menos obcecadas por si próprias, preocupando-se umas com as outras, com as suas famílias, amigos e comunidades:

“If you think about it, is this not what life is basically about? Human beings are projects of mutual creation. Most of the work we do is on each other. The working classes just do a disproportionate share. They are the caring classes, and always have been. It is just the incessant demonization directed at the poor by those who benefit from their caring labour that makes it difficult, in a public forum such as this, to acknowledge it.”

1 Disponível em: < www.theguardian.com/commentisfree/2014/mar/26/caring-curse-working-class-austerity-solidarity-scourge > (última consulta em março de 2024).

Em 2018, Graeber deu uma conferência no Collège de France intitulada “The revolt of the caring classes”,² na qual convida o público a repensar e reimaginar as classes trabalhadoras como uma classe de pessoas cujo trabalho principal é o trabalho de cuidar, definido em termos gerais como o trabalho efetuado para aumentar ou expandir as capacidades de liberdade das pessoas. Ele pergunta que tipo de economia teríamos se nos concentrássemos nos cuidados como a base principal da liberdade humana? Além disso, se reimaginarmos as classes trabalhadoras em torno dos cuidados, que tipo de reivindicações poderiam ser feitas? É inspirador ouvir Graeber a alinhar-se com uma longa tradição de perspectivas e lutas feministas para restabelecer as potencialidades políticas do cuidado (The Care Collective 2020).

Se pudesse, e partindo deste imenso património de teorização antropológica sobre o valor, ainda gostaria de um dia investigar e compreender melhor como durante o processo revolucionário a realidade e o imperativo das necessidades humanas (*i.e.* materiais e imateriais) foram definidas e legitimadas através de distintos regimes e horizontes de valor e liberdade. Que gramáticas morais e ideológicas foram convocadas por diferentes populações, comunidades e coletivos para defender a legitimidade de satisfação das suas necessidades e projetos intergeracionais de reprodução? Como é que estas construíram ou impediram entendimentos de articulação coletiva? Que novas visões do 25 de Abril e do processo revolucionário teríamos se o pensássemos como um contexto de projetos de reprodução social contestados? O desafio seria o de repensarmos a conjuntura revolucionária não apenas como um processo de rutura política, económica e institucional, mas também como uma conjuntura onde diferentes coletivos mobilizaram expectativas de continuidade de legados históricos, projetos intergeracionais e horizontes de valor antagónicos e conflituantes. Fizeram-no, hipoteticamente, para legitimar articulações específicas entre passado, presente e futuro, e com isso negociar projetos de reprodução social disputados. Talvez, na senda de David Graeber e tantas contribuições da teoria feminista que o precederam, entendêssemos melhor como o “pessoal se tornou político” (Hanisch 1970) durante o processo revolucionário português, e como isso foi expresso em lutas e derrotas quotidianas comuns para articular vidas que valessem a pena ser vividas.

2 Disponível em: < www.college-de-france.fr/site/grandes-conferences/David-Graeber.htm > (última consulta em março de 2024).

BIBLIOGRAFIA

- COLLINS, Jane L., 2016, "Expanding the labor theory of value", *Dialectical Anthropology*, 40: 103-123.
- COLLINS, Jane L., 2017, *The Politics of Value: Three Movements to Change How We Think About the Economy*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- DE ANGELIS, Massimo, 2007, *The Beginning of History: Value Struggles and Global Capital*. Londres: Pluto Press.
- FEDERICI, Silvia, 2004, *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. Nova Iorque: Autonomedia.
- GRAEBER, David, 2001, *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. Londres: Palgrave Macmillan.
- HANISCH, Carol, 1970, "The personal is political", in Shulamith Firestone e Anne Koedt (orgs.), *Notes from the Second Year*. Nova Iorque: Radical Feminism, 76-78.
- HARVEY, David, 2005, *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- MATOS, Patrícia Alves de, 2020, *Disciplined Agency: Neoliberal Precarity, Generational Disposition and Call Centre Labour in Portugal*. Manchester: Manchester University Press.
- NAROTZKY, Susana, 2015, "The payoff of love and the traffic of favours: reciprocity, social capital, and the blurring of value realms in flexible capitalism", in Jens Kjaerulff (org.), *Flexible Capitalism: Exchange and Ambiguity at Work*. Oxford: Berghahn Books, 268-310.
- NAROTZKY, Susana, e Niko BESNIER, 2014, "Crisis, value, and hope: rethinking the economy", *Current Anthropology*, 55 (9): S4-S16.
- PUSCEDDU, Antonio Maria, 2020, "Grassroots ecologies of value: environmental conflict and social reproduction in Southern Italy", *Antipode*, 52 (3): 847-866.
- THE CARE COLLECTIVE, 2020, *Care Manifesto: The Politics of Interdependence*. Londres: Verso.